

Da abordagem das Variedades de Capitalismo à retomada do debate acerca de suas comunalidades: deve a Sociologia Econômica integrar Polanyi e Marx para compreender o capitalismo?¹

Francisco José Mendes Duarte (Pós-doutorando INCT-PPED/IESP-UERJ)

O sociólogo Mark Granovetter (1985) reformulou o conceito de *enraizamento*, cunhado pelo cientista social Karl Polanyi, para criticar as premissas da economia neoclássica e, com isso, ajudou a promover a chamada Nova Sociologia Econômica (NSE) como campo disciplinar.

Apesar de ter alcançado grande reconhecimento no campo da sociologia econômica e liderado o avanço da análise das interações socioeconômicas no plano micro, a abordagem das redes de relações de Granovetter vem sofrendo muitas críticas. Parte importante delas se voltou a rechaçar tanto o modo como o autor tratou o conceito de enraizamento – que, segundo Beckert (2009), contribuiu para afastar NSE da análise da economia política – quanto a dar ensejo a investigações em nível macro.

No presente artigo, analisamos exatamente um segmento da Sociologia Econômica que, sobretudo, após a crise financeira de 2008, voltou-se à análise da economia política do capitalismo neoliberal, por meio da apropriação do conceito de enraizamento em termos mais polanyianos. Mais precisamente, demonstramos aqui que esta apropriação ocorreu no debate entre os sociólogos econômicos Wolfgang Streeck (2010; 2012) e Fred Block (2012a; 2012b) que parte da crítica do conceito de “variedades de capitalismo”, difundido por Peter Hall e David Soskice (2001), para refletir sobre a questão das comunalidades do capitalismo, isto é, sobre a existência ou não de instituições que lhe são comuns em toda parte.

Ademais, identificamos neste debate a presença de um dilema teórico-prático recorrente no campo da teoria social progressista: a crítica reformista, que caracteriza o pensamento de Karl Polanyi, é suficiente para

¹ “44º Encontro Anual da ANPOCS”. GT40 - Sociedade e Vida Econômica.

regular e moldar democraticamente o capitalismo², como sustenta Block, ou a crítica radical, representada pelo pensamento de Karl Marx, é igualmente necessária, já que o núcleo duro do capitalismo não pode ser modificado por reformas, como argumenta Streeck?

Ao final do artigo, sustentamos que a teoria crítica de Nancy Fraser e Rahel Jaeggi (2020)³ pode contribuir para sofisticar o debate em questão, pois, a partir da integração dos pensamentos dos dois Karls, Fraser nos ajuda a identificar a configuração institucional comum a qualquer sociedade capitalista e a formular uma visão mais complexa dos desenraizamentos institucionais que desencadeiam as crises inerentes ao capitalismo.

Portanto, buscamos demonstrar que os Institucionalismos, especialmente, o Histórico de Block (2012a; 2012b) e Streeck (2010; 2012), têm contribuído para construir uma instigante análise sociológica do capitalismo no século XXI e podem ser enriquecidos pela teoria crítica de Fraser e Jaeggi (2020), que não tem recebido tanta atenção no campo da sociologia econômica⁴. Ademais, o debate entre Block e Streeck, por um lado, reafirma a influência de Karl Polanyi na Sociologia Econômica e, por outro, suscita a reflexão sobre Marx, o que pode ser uma novidade em um campo que está mais próximo de Durkheim e Weber.

Dito isto, o artigo está estruturado como descrito a seguir.

Na próxima seção, demonstramos como a contraposição entre as análises que afirmam a tendência à convergência e as que ressaltam a tendência à divergência entre as sociedades capitalistas está presente nas Ciências Sociais desde o século XIX. Argumentamos ainda que as teses em favor da divergência se expandiram no campo da Economia Política na

² Polanyi não afirma analisar sociedades capitalistas, mas sim sociedades de mercado. Ainda assim, entendemos que este autor nos oferece elementos importantes para compreender o capitalismo, já que este é um tipo de sociedade de mercado.

³ Esta obra foi elaborada em um formato inovador: um diálogo crítico entre as duas autoras. Contudo, apesar da contribuição significativa de Jaeggi na elaboração das perguntas que delineiam o trabalho, as teorias apresentadas no livro foram formuladas por Fraser. Por isso, quando abordarmos o debate teórico presente neste livro, faremos referência apenas a Fraser.

⁴ Fraser não tem sido completamente ignorada pelo campo. Luc Bolstanki, expoente da sociologia econômica francesa, tem mantido com ela um profícuo debate. Este se revela nas polêmicas travadas, recentemente, entre os dois autores nas páginas da *New Left Review*. Disponível em: < <https://bit.ly/31AfwBw> > < <https://bit.ly/2EDAQFG> >. Acesso em: 10-06-2020.

segunda metade dos anos de 1990 e se consolidaram na primeira década do milênio, com a ampla difusão da vertente das Variedades de Capitalismo.

Em seguida, na segunda seção, apresentamos, em linhas gerais, as premissas teóricas da abordagem das “Variedades de Capitalismo” (VoC).

Na terceira seção do texto, apresentamos o conjunto de críticas à VoC reunido e formulado por Streeck (2010) que, ao contrário dos questionamentos anteriores, visava produzir uma ruptura com esta perspectiva e fortalecer uma sociologia econômica mais preocupada com as “comunalidades” do capitalismo.

Na seção seguinte, apresentamos a polêmica tese de Block (2012a) que, apoiado em Polanyi, defende que o pensamento progressista deveria abandonar o termo capitalismo, que pressupõe o predomínio da economia sobre a política e oblitera a capacidade da última de regular os mercados.

Na quinta seção, trataremos da crítica de Streeck (2012), sustentada em uma articulação entre o pensamento de Marx e de Polanyi, à proposta de Block de abandono do conceito de capitalismo e da resposta deste último ao primeiro, assentada em uma leitura weberiana de Polanyi (BLOCK, 2012b).

Na sexta e última seção, apresentaremos a contribuição de Fraser para este debate, que se dedica a demonstrar as complementaridades teóricas entre a visão de Marx, focada nas contradições econômicas, e a visão de Polanyi, voltada para as contradições mais amplas entre a economia e as instituições sociais que permitem seu funcionamento.

1 – A expansão do capitalismo leva à convergência ou a divergência entre os países? Um debate de longa duração nas Ciências Sociais

As reflexões dos cientistas sociais sobre o capitalismo remontam ao trabalho de autores da sociologia clássica, como Karl Marx, Emile Durkheim, Max Weber e Werner Sombart. Os clássicos, especialmente Marx, consideravam que os países, em geral, convergiriam para o capitalismo, o que consolidaria fortes interdependências entre eles. Entretanto, tais autores, particularmente Weber, também ressaltavam as significativas diferenças existentes entre as trajetórias capitalistas nacionais (Streeck, 2010).

Este debate sobre as convergências e divergências entre os países ao longo do desenvolvimento do capitalismo perdurou durante todo o século XX no campo da economia política comparada. No imediato pós II Guerra, com a ascensão dos EUA como *hegemon* no ocidente capitalista, houve uma emergência de teorias do desenvolvimento, como a teoria da modernização de Talcott Parsons e a dos estágios do crescimento econômico de Rostow, que enfatizavam a convergência entre as sociedades e identificavam a sociedade estadunidense como o modelo a ser seguido.

A partir das décadas de 1950 e 1960, no entanto, houve uma reação a estas teorias com a conformação de abordagens que identificavam particularidades nas diferentes trajetórias de desenvolvimento capitalista. Dentre estes estudos, se destacaram aqueles produzidos pelo pensamento estruturalista latino-americano, que buscou refutar o etapismo da tese rostowiana e afirmar o caráter singular do subdesenvolvimento capitalista. Já no final dos anos 1970, ganharam maior destaque as abordagens que diferenciavam as sociedades capitalista a partir de seus sistemas políticos, sobretudo, de seus processos decisórios. Na década de 1980, por sua vez, tornaram-se proeminentes os estudos que enfatizavam a importância dos Estados e de sua autonomia relativa na configuração do capitalismo em diferentes países (Streeck, 2010).

Apesar desta longa tradição de análise das diversidades entre os países capitalistas, ao longo da década de 1990, com o esfacelamento do socialismo soviético e o triunfo da hegemonia estadunidense, as análises que preconizavam a convergência em direção a um modelo liberal de capitalismo se tornavam predominantes. Neste contexto, dois livros, *Political Economy of Modern Capitalism* (1997), organizado por Streeck e Crouch (1997), e *Contemporary capitalism: the embeddedness of institutions* (1997), organizado por Hollingsworth e Boyer, buscaram pensar, de forma crítica, as convergências e as divergências entre as economias capitalistas diante da expansão do neoliberalismo e da globalização financeira (STREECK, 2010). Na esteira desta nova onda de análises, se deu a conformação de uma abordagem mais duradoura sobre o assunto, a das Variedades de Capitalismo (VoC).

2 - A abordagem das variedades de capitalismo como alternativa ao monismo institucional

Na primeira década do século XXI, a abordagem da VoC gerou um dos debates mais profusos no campo das ciências sociais⁵. Esta abordagem se colocou como alternativa às análises predominantes sobre o processo de globalização neoliberal, que retratavam um mundo a caminho da adoção do modelo de capitalismo estadunidense. Ao fazê-lo, ela sustentava que o enraizamento de determinados padrões institucionais nos diferentes países, que embasavam os seus regimes produtivos, contribuía para a manutenção das diferenças nacionais no sistema capitalista.

A VoC trouxe o comportamento das empresas para o centro do debate e buscou sublinhar que as ações estratégicas delas e das associações empresariais são, em grande medida, condicionadas pelas instituições nacionais. Ao selecionar quatro mecanismos intrínsecos à esfera empresarial – a relação entre capital e trabalho; o sistema de educação e treinamento da mão de obra; o sistema financeiro; e, por último, a relação das empresas entre si – Hall e Soskice (2001) sublinharam duas lógicas de coordenação prevaletentes nos regimes produtivos dos países desenvolvidos: uma baseada, sobretudo, em arranjos hierárquicos e competitivos e a outra baseada, primordialmente, em arranjos cooperativos. A partir destes dois tipos de coordenação, os autores identificaram dois principais modelos de capitalismo, as Economias de Mercado Liberais (EML) e as Economias de Mercado Coordenadas (EMC). Sendo os EUA e a Inglaterra os países que melhor representam o primeiro modelo e a Alemanha o que mais se aproxima das características identificadas no segundo.

Outro conceito central à VoC é o de complementaridade institucional. Ao analisar a relação das empresas com o sistema financeiro em uma economia coordenada como a alemã, por exemplo, os autores afirmam que o "capital paciente" fornecido pelos bancos – o crédito que não é concedido apenas com base na lucratividade de curto prazo – garante ao setor produtivo a possibilidade de oferecer empregos de longo prazo. Este é

⁵ Ao buscar o termo *Varieties of Capitalism* no google são encontradas cerca de 6 milhões e 500 mil referências. Já na busca pelo termo Variedades de Capitalismo encontramos cerca de 4 milhões e 100 mil referências. Acesso em: 06-05-2020.

um fator elementar para a manutenção dos mecanismos de concertação entre capital e trabalho existentes na Alemanha. Já nas EML, a complementaridade baseia-se, primordialmente, em mecanismos de concorrência. O fato de o sistema de crédito, por exemplo, estar amplamente pautado pelo mercado de ações aumenta a importância do lucro no curto prazo para a captação de recursos, o que intensifica a competição entre as empresas, levando-as a demitir e contratar funcionários com mais frequência.

Muitos estudos subsequentes buscaram aperfeiçoar o modelo analítico de Hall e Soskice (2001), propondo novas variedades que abarquem os arranjos de coordenação dominantes em países do sul da Europa e também nos países em desenvolvimento (SCHMIDT, 2007; SCHNEIDER, 2009). Entretanto, a VoC recebeu, igualmente, muitas críticas incisivas. Elenquemos três delas aqui: a análise binária sugeriu que os países que não se encaixam nos tipos ideais são anomalias (KANG, 2006; SCHMIDT, 2007); o enfoque nas ações dos agentes empresariais acabou por subestimar o papel dos movimentos de trabalhadores e do Estado no processo de manutenção e/ou reformulação das instituições nacionais diante de um mundo mais globalizado; e a ausência de uma preocupação maior em compreender o papel do Estado impediu também que a VoC percebesse que há mais variedade no modo de atuação das agências estatais do que seus modelos “puros” preconizam (WEISS, 2010).

Ao contrário das críticas até aqui elencadas, as que Wolfgang Streeck dirigiu à VoC visaram, claramente, uma ruptura com esta abordagem.

3 – Das variedades às comunalidades do capitalismo

Streeck (2010) articula quatro conjuntos de críticas à abordagem da VoC, que, em grande medida, convergem com as críticas supracitadas.

O primeiro deles refere-se ao que chamou de *nacionalismo metodológico*. A comparação binária entre nações, segundo Streeck, gerava, ao menos, dois problemas. Primeiro, ela não dizia onde se encaixariam os outros países capitalistas, e como eles ficariam posicionados entre os dois extremos. Segundo, ela não era capaz de apreender os distintos modelos de

coordenação existentes dentro de um mesmo Estado. Com isso, o autor sugere que quando se pretende comparar tipos de coordenação, como a VoC se propõe, a comparação entre regiões subnacionais e setores estatais ou econômicos gerariam casos mais precisos para análise, enquanto os países seriam melhor concebidos como instituições razoavelmente heterogêneas.

O segundo conjunto de críticas de Streeck à VoC dirige-se ao fato de que esta abordagem explica as configurações institucionais em termos dos benefícios econômicos da complementaridade, revelando assim seu *caráter funcionalista*. O funcionalismo da abordagem fica latente quando esta equaliza o conceito de capitalismo com o de economia de mercado. Isto porque os problemas reais de distribuição e exploração, que são centrais quando nos referimos a uma formação social capitalista, são redefinidos como problemas de eficiência produtiva. Como resultado, desaparece a ambivalência inerente ao conceito de capitalismo como uma sociedade marcada tanto pelo progresso econômico quanto pela apropriação privada.

O terceiro conjunto de críticas de Streeck à VoC refere-se ao que autor chamou de *viés economicista*. Para o autor, esse viés se revela no fato de que a abordagem trata a sociedade como uma economia em que todos estão unidos em busca da eficiência econômica. Isto torna-se explícito no fato de a VoC retratar o Estado de bem-estar social como um mecanismo institucional voltado a fortalecer a eficiência das transações econômicas. Em contraposição, Streeck afirma que o desenvolvimento capitalista deve ser compreendido como um conflito entre a busca pela lucratividade e o contramovimento que contesta a expansão das relações de mercado sobre a vida social.

O quarto conjunto de críticas sustentado pelo autor em relação à VoC diz respeito ao *caráter estático* da mesma. Como argumentam alguns autores citados por Streeck, economias de mercado liberais (EMLs), como os EUA e a Inglaterra, eram bem menos liberais no passado do que nos anos de 1990 e tais mudanças não poderiam ser apreendidas pelo modelo estático da VoC. Logo, o autor afirma a necessidade de uma virada de um modelo de comparativismo estático para um mais dinâmico.

Feitas as críticas anteriores, Streeck reconhece que o longo debate gerado pela VoC na década de 2000 foi muito importante, principalmente,

porque permitiu o surgimento de uma maior preocupação com as mudanças institucionais na teoria institucionalista histórica.

Não obstante tal reconhecimento, Streeck (2010), já sob a influência do impacto socioeconômico da crise de 2008, que escancarou o elevado grau de financeirização da economia mundial, ressaltou que era preciso entender o que as diferentes economias capitalistas têm em comum e como elas estão interconectadas, e não mais o que elas têm de diferente. O foco deveria sair das variedades de capitalismo para as comunalidades dinâmicas. O objetivo seria falar da natureza do capitalismo e como ela evolui com o tempo. Logo, o autor sugere quatro temas para futuras análises acerca do capitalismo.

1) O capitalismo deve ser pensado como um mecanismo de expansão dos mercados auto-dirigidos que comodifica as relações sociais, sobretudo as mercadorias fictícias, como terra, dinheiro e trabalho⁶, com vista à extração de excedente e que o faz de forma dinâmica, sofrendo mudanças periódicas ao longo de suas diferentes fases históricas;

2) O capitalismo deve ser analisado como capitalismo e não como economia de mercado. Neste modelo, o conflito e a contradição, mais do que a cooperação e a coordenação, têm proeminência. A partir da retomada dos conceitos de poder e constrangimento, Streeck sugere igualmente a restauração do papel da política na análise do capitalismo. Nestes dois primeiros temas, o autor já explicita sua disposição em integrar as análises polanyiana e marxiana do capitalismo;

3) O capitalismo deve ser entendido através das interdependências entre os países. O mercado financeiro e suas conexões são a prova de que vivemos em um sistema integrado;

4) O capitalismo deve ser pensado a partir do conceito *sistema mundial capitalista internacionalmente diversificado* e a ideia de variedades nacionais de capitalismo deve ser abandonada. O autor propõe a busca pela

⁶ Em *A grande Transformação*, livro de 1944, Polanyi defende a tese de que a economia inglesa passou por uma série de reformas institucionais, iniciadas ainda no século XVI, que permitiram a comodificação do trabalho (do próprio ser humano) e da terra (natureza), que passaram a ser vendidos como quaisquer produtos, e também do dinheiro, cujo controle foi arrancado das mãos das autoridades políticas. O movimento de contínua expansão da comodificação dessas três mercadorias, chamadas por Polanyi de fictícias, pois não foram produzidas para serem vendidas e compradas, poderia, como acabou ocorrendo, desencadear uma catástrofe social sem precedentes.

construção de uma teoria do capitalismo global, que não negue a diversidade em termos nacionais e regionais, mas que a coloque em um contexto de interdependência política e econômica.

Em 2012, Fred Block publicou um artigo que continha muitas convergências com a análise de Streeck. Contudo, trazia uma proposta que ia de encontro com um dos argumentos centrais do autor alemão. Vejamos.

4 - Variedades de quê? Problemas com o uso do conceito de capitalismo

A partir do debate sobre variedades de capitalismo e de uma crítica à economia política marxista, Block (2012) defende a tese de que deveríamos abandonar o conceito de capitalismo. O autor respalda o seu argumento em razões político-pragmáticas e teórico-metodológicas. Começemos pelo primeiro conjunto de razões.

Analisando o contexto estadunidense no início da década de 2010, Block notou que o movimento Occupy Wall Street conseguira despertar uma esquerda adormecida ao defender que a transformação política do país perpassava pela batalha dos “99% contra o 1%”. O movimento estava preocupado com a crescente desigualdade de renda e deixava em segundo plano o discurso anticapitalista. Recuando aos anos de 1990, Block destaca que o Fórum Social Mundial, cujo slogan “Outro mundo é possível” deixava em aberto se o “outro mundo” era capitalista ou socialista, trouxe amplo apoio popular para a esquerda. Neste sentido, para o autor, a esquerda tem levado alguma vantagem ao deixar o termo capitalismo de lado. Em contraste, a direita estadunidense e mundial ganhou força a partir dos anos de 1980, quando abraçou o termo capitalismo, até então monopolizado pela extrema esquerda, e passou a lembrar às pessoas de que os desvios dos princípios do sistema haviam originado o socialismo, que fracassava em toda parte. Portanto, com vistas ao incremento pragmático da capacidade de articulação política da esquerda, esta deveria abandonar o termo capitalismo.

O ponto de partida para a crítica teórica de Block à capacidade analítica do conceito de capitalismo é o debate sobre variedades de capitalismo, incluindo sob este rótulo os livros organizados por Crouch e Streeck (1997) e por Hall e Soskice (2001). A pergunta central do artigo de

Block é: todas essas variedades são da mesma espécie ou elas podem ser consideradas diferentes por experimentarem trajetórias históricas e processos internos distintos? Aqui, importa ressaltar que Streeck e Block partem do mesmo ponto, o de que a VoC não realizou um debate mais amplo sobre o capitalismo, para chegar a conclusões distintas. Streeck quer reforçar a importância de se discutir a natureza do capitalismo, que para ele é uma realidade social. Já Block busca refletir sobre o capitalismo como um conceito e demonstrar que ele não é mais válido para a compreensão das sociedades contemporâneas.

Para responder à questão, Block afirma ser necessário testar a validade do capitalismo enquanto conceito capaz de explicar o que acontece em todas as sociedades de mercado contemporâneas. Ao reconhecer que a tradição marxista formulou as teorias mais influentes sobre o capitalismo, Block concentra-se na teoria de Marx e Engels – de que o processo de extração da mais-valia molda a estrutura de toda a sociedade e de que o sistema está fadado a ruir devido suas contradições – e afirma que esta fracassou devido à capacidade do capitalismo de sobreviver às suas contradições, a partir dos diferentes reparos estatais na economia, e deixou como herança para os marxistas a necessidade de explicar tamanha resiliência e as mudanças nas dinâmicas de acumulação e contradições de classe.

De acordo com Block, a única abordagem dentro desta tradição marxista capaz de dar maior vitalidade ao conceito de capitalismo foi a teoria do Sistema-Mundo formulada por Immanuel Wallerstein em *The Modern Capitalist World System* (1974). Wallerstein percebeu que, independentemente das mudanças no sistema produtivo, a característica imutável do capitalismo é a existência de um sistema-mundo que constrange as nações a uma competição de soma-zero para extrair mais riqueza de seus trabalhadores com vistas a alcançar vantagens comerciais e atrair os fluxos de capitais. Block está de acordo com essa noção de capitalismo e a identifica como um dos argumentos inerentes às análises sobre variedades de capitalismo.

Ainda assim, Block refuta, em grande parte, a teoria de Wallerstein por não reconhecer que há um elevado grau de contingência na construção

dos regimes globais que, a depender das relações de poder entre as nações, pode prover diferentes níveis de constrangimento e capacidade de escolha aos governos. Isto nos desautoriza a falar de uma natureza capitalista imutável.

Dito isto, Block sustenta que, em geral, o conceito de capitalismo apresenta duas fraquezas interconectadas: 1) ele nos leva a pensar que as dinâmicas econômicas são a questão central para compreender o que está ocorrendo em qualquer momento e 2) não nos ajuda a compreender o caráter contingente dos arranjos de poder.

Para exemplificar tais fraquezas, Block analisa o processo de financeirização da economia estadunidense. O autor afirma que tal dinâmica é resultado do avanço do fundamentalismo de mercado e de escolhas políticas do governo dos EUA que, para defender o papel central do dólar no sistema global, fortaleceram demais Wall Street. Logo, nega que o processo de financeirização da economia possa ser compreendido como a emergência do capitalismo financeiro, pois tratá-lo assim seria atribuir a esses desdobramentos um poder e uma permanência exagerados.

Block, então, sugere substituir o termo capitalismo pelo conceito de sociedade de mercado, formulado por Polanyi em *A grande transformação*, para interpretar ambas, as dinâmicas nacionais e globais. Para ele, tal conceito desloca a ênfase da análise da economia para a política, pois os mercados, ao contrário de um sistema de acumulação superpoderoso, são instituições mais concretas que podem ser moldadas pelas escolhas da sociedade. Block destaca que Polanyi concordava com Weber no que diz respeito à negação do pressuposto marxiano de que o poder político estava, em última instância, reduzido ao poder de classe.

Dito isto, a proposta teórica de Block assenta-se em três teses centrais de Polanyi:

1) a ideia polanyiana de que as economias de mercado estão em qualquer contexto, ao contrário do que afirma a utopia liberal, sustentadas por arranjos políticos e culturais que podem ser modificados;

2) As sociedades de mercado são moldadas pelo recorrente duplo movimento que se inicia com a comodificação das relações sociais pelas empresas em busca de mercados e é respondido por um contramovimento

em que uma coalizão social heterogênea usa o governo para restringir o escopo dos mercados.

3) O sistema econômico global é fruto de uma luta multiescalar – local, regional, nacional e supranacional – que dá forma aos constrangimentos e possibilidades que se apresentam às sociedades em um dado contexto.

Com este aporte teórico, Block visa a retomar a crítica da economia política, sobretudo, para propor reformas que permitam a criação de sociedades que subordinem os mercados ao controle democrático. Importa ressaltar que a interpretação de Polanyi feita por Block concede à luta política e ao enfrentamento ideológico um papel central na transformação.

5 – O debate entre Streeck e Block: uma polêmica em torno do grau de enraizamento da economia

Streeck (2012) busca refutar a visão de Block de que a virada neoliberal tem mais a ver com a força política do mundo dos negócios e das ideias neoliberais do que com a dinâmica econômica. Para o sociólogo alemão, o capitalismo é um regime econômico pautado em um processo de acumulação de capital incessante, e isto é que une o sistema, que não apenas revoluciona a si mesmo, mas também as sociedades na qual está imbricado. Tal dinâmica de acumulação de capital, segundo Streeck, é muito difícil de governar e é mais um problema para a política do que resultado dela.

A partir desta ênfase na realidade material, Streeck afirma que, embora adote um viés polanyiano em sua análise, inclusive por influência de Block, é contra a abandonar Marx como fonte de inspiração. Além de ressaltar a importância da dialética marxista, que revela o caráter autodestrutivo do capitalismo, o autor condena a substituição do suposto determinismo de Marx por um voluntarismo político, embasado em uma interpretação equivocada da ideia polanyiana de que a economia está sempre enraizada na sociedade. Para Streeck, a análise de Block sofre desse voluntarismo político e, por meio de Wallerstein, cai na mesma armadilha funcionalista da VoC de pensar a economia como um arranjo técnico desenhado e controlado politicamente para a criação consensual de riqueza. Segundo o autor, apesar de haver política sob o capitalismo, inclusive

política democrática, o sistema tem uma dinâmica própria, muito poderosa, capaz de escapar do controle político.

Portanto, para Streeck, a tensão, destacada por Polanyi, entre o movimento de expansão do capitalismo e o contramovimento protetivo é sempre precária. O conceito de capitalismo serve, exatamente, para nos lembrar que a regulação política está condenada a claudicar atrás do avanço das relações de mercado. E aqui aparece claramente o elemento materialista da análise polanyiana de Streeck: o declínio do capitalismo pacificado do pós-guerra não deve ser atribuído a decisões, que ele chama de frívolas, de economistas liberais e políticos mal orientados, como destaca Block, mas sim à erosão e subversão endógenas de uma estrutura institucional que tornou-se sub-ótima para o processo de acumulação.

Neste sentido, embora concorde com Block que a economia é socialmente enraizada, Streeck não acha que isto pode nos levar a concluir que haja uma primazia da política na economia política capitalista. Sempre existe no capitalismo a possibilidade de que as instituições protetivas sejam rompidas e até subvertidas pelos avanços do mercado. Porque, embora dependam dos constrangimentos e arranjos sociais para funcionar, os atores capitalistas sempre resistem a eles e tentam escapar.

Por fim, Streeck defende que, ao invés de abandonarmos os conceitos de capitalismo e suas contrapartes, socialismo e comunismo, o que devemos deixar de lado é a visão excessivamente otimista de Block, a mesma que os sociais-democratas empunharam nos últimos quarenta anos, de que é possível construir uma sociedade mais coletivista em meio a uma dinâmica capitalista, que exige da política uma capacidade de governança inexoravelmente crescente.

Block (2012b) respondeu a estas críticas contestando, primeiramente, a ideia de que uma sociedade possa ter como princípio organizador a busca pelo lucro. Para se prolongar no tempo, qualquer sociedade de mercado precisa combinar a busca pelo lucro com instituições e práticas que atenuam essa busca. Dito isto, Block, se respaldando no exemplo da China pré-capitalista, dos séculos XVII e XVIII, que conseguiu conter a busca pelo lucro, argumenta que, através de práticas democráticas e de um entendimento amplo da importância de se manter restrições

institucionais, é possível conter as forças destrutivas do capitalismo. Neste ponto, é importante perceber que Block exagera, como bem destacou Streeck, a ideia polanyiana de que as economias estão sempre socialmente enraizadas. Na concepção de Block, conter os avanços da dinâmica dos mercados na China pré-capitalista parece ser a mesma coisa que contê-los hoje. Streeck, por sua vez, acertadamente, ao nosso ver, reconhece no capitalismo uma força dinâmica bastante *sui generis*, o que o distingue de outros tipos de sociedade de mercado. É interessante destacar que o próprio Polanyi adotou em sua análise um posicionamento que é uma via média entre os argumentos de Streeck, que reforça o poder econômico do processo acumulação capitalista, e de Block, que ressalta a autonomia da política. Analisando o papel da primeira Lei dos Pobres em alterar o ritmo da mudança e, portanto, os efeitos nefastos dos cercamentos na vida dos mais pobres, Polanyi (1944) ressaltou que o papel da política, mais precisamente do Estado, foi desacelerar mudanças cuja direção, em geral, não dependia da vontade política. Ou seja, na Inglaterra do século XVIII, a força do processo de comodificação já era impressionante, independente das vontades do poder Real, mas, de qualquer modo, ainda havia um espaço fundamental para o exercício do poder.

Se Block parece ter falhado ao equiparar dois tipos diferentes de desenvolvimento econômico baseado no mercado – o crescimento da China pré-capitalista e o dos países que seguiram a via capitalista inglesa –, ele não deixa de utilizar o argumento polanyiano sobre o ritmo da mudança para criticar a tese de Streeck de que atualmente o capitalismo descontrolado grassa em toda parte. Ele argumentou que é possível dizer que os EUA e a Europa do Norte estão se movendo na mesma direção, mas a velocidade do movimento estadunidense é avassaladoramente maior.

Adiante, Block reforça o seu argumento sobre a centralidade dos equívocos políticos para desencadeamento da voga neoliberal. Ao contrário de Streeck, para quem os problemas centrais foram a queda das taxas de lucro e a espiral inflacionária, Block afirma que o ponto de partida foi a decisão política do governo estadunidense de abandonar o sistema de câmbio fixo de Bretton Woods, em 1973. Este primeiro equívoco teria desencadeado uma série de erros que permitiu o fortalecimento do mercado

financeiro global. Logo, para Block, se as esquerdas estadunidense e europeia tivessem compreendido a importância do arranjo econômico global, representado em Bretton Woods, a história teria sido outra.

Por fim, Block insiste que o conceito de capitalismo deve ser abandonado, pois ele não nos permite apreender, ao menos, dois elementos:

1) o conceito nos impede diferenciar as atividades financeiras danosas daquelas que ajudam as pessoas a produzir.

2) O conceito de capitalismo não nos ajuda a qualificar o processo de oligarquização – o 1%, se apropriando da renda e das riquezas dos 99% - nas diferentes sociedades de mercados.

Até aqui, há duas diferenças claras entre Block e Streeck. A primeira é que, para Block, a Era de Ouro do capitalismo pode ser reproduzida desde que, primeiramente, controlemos os mercados financeiros globais. Já para Streeck, aquele período abrigou experimentos excepcionais, possíveis devido à atmosfera otimista e à fraqueza do capital após o fim da II Guerra Mundial. A segunda é que Block acredita na capacidade da política em controlar os mercados; de não falhar por um longo período para colocá-los nos trilhos. Streeck, por sua vez, entende que o dinamismo do sistema torna a tarefa política de controlá-lo excessivamente complicada e sujeita a falhas constantes.

Na próxima seção nos posicionamos em relação a este debate e nos concentramos em demonstrar como a articulação entre Marx e Polanyi produzida por Fraser pode nos ajudar a qualificar os diferentes tipos de desenraizamentos institucionais que caracterizam as sociedades capitalistas e, com isso, a superar a dicotomia simplista entre mercado e sociedade, inerente ao modo como o conceito de enraizamento aparece na polêmica entre Streeck e Block.

6 – Por que dois Karls são melhores que um? A contribuição de Nancy Fraser

O problema central da polêmica entre Streeck e Block tratada aqui é se no capitalismo a primazia é da política (Block) ou da economia (Streeck). Não há só Polanyi nesta disputa. Na verdade, por de trás dos polanyianos que ambos são, há uma perspectiva mais weberiana, com ênfase em

questões simbólicas, representada por Block, e uma perspectiva mais marxiana, mais materialista, empunhada por Streeck.

Quanto ao nosso posicionamento acerca do debate entre Streeck e Block, entendemos que há boas razões dos dois lados. Concordamos com Block sobre o fato de que a pesada carga histórica do termo capitalismo, que está atrelada à crítica socialista radical ao processo de acumulação de capital como um todo, pode criar obstáculos e enfraquecer as alianças necessárias às lutas políticas mais concretas que precisam ser levadas adiante, como a regulação do sistema financeiro, a taxação dos superricos e a reformulação do regime monetário internacional. Contudo, nos parece que mais do que abandonar o conceito de capitalismo, o que Block, de fato, sugere é que abandonemos Marx, com sua ênfase no processo de acumulação de capital, como analista válido para observar as sociedades de mercado contemporâneas. Aqui, concordamos com Streeck: Marx é fundamental porque não nos deixa esquecer como é difícil enquadrar o capitalismo, que tende à autodestruição e, com isso, a esgarçar frequentemente o tecido social. O que Polanyi também o faz, retrucaria Block. Contudo, o lado mais otimista de Polanyi, que é abraçado pelo sociólogo americano, parece confiar demais na política e na sua capacidade de criar possibilidades de subverter a lógica da comodificação dentro do próprio sistema. Otimismo que tem sido desautorizado, frequentemente, por uma crescente diminuição da autonomia da política.

Portanto, tendemos aqui a concordar com Streeck que uma melhor compreensão do capitalismo pode surgir de uma integração entre Marx e Polanyi.

Reconhecidos os méritos do instigante debate ensejado por Block e Streeck, é necessário apresentar a nossa crítica a ele. Primeiramente, a partir do conceito de enraizamento, Block (2012a; 2012b) enfatiza, assim como Polanyi (1944), as similaridades dos sistemas econômicos ao longo do tempo e do espaço e, com isso, resiste a reconhecer que economia capitalista produziu, de fato, uma ruptura com todas outras economias tradicionais, inclusive com outros tipos de economia de mercado (BECKERT, 2009). Não por acaso, Block (2012b) utilizou o exemplo da China pré-capitalista para realçar a possibilidade de controle dos mercados pelos arranjos

políticos. Ao fazê-lo, ele obliterou a diferença fundamental existente entre os processos de formação dos mercados e os processos de desenvolvimento capitalista. Como demonstrou Arrighi (2008), entre os séculos XVI e XVIII, a China, então região mais rica do mundo, realizou uma revolução industriosa, baseada numa economia de mercado não-capitalista que visava o uso intensivo de mão-de-obra e poupava energia. A Inglaterra, por sua vez, desenvolveu uma economia de mercado de viés capitalista, que se caracterizava pelo acúmulo incessante de capital e de energia. Na via de desenvolvimento econômico ocidental, que se expandiu para o resto do mundo a partir do século XIX, o Estado torna-se maleável aos interesses capitalistas e a expansão do mercado tende a destruir o arcabouço social dentro do qual ocorre, subordinando as ações de natureza não-econômica às mudanças geradas pelo processo econômico. Esta especificidade do desenvolvimento capitalista é reconhecida por Streeck quando ele sublinha o caráter precário do enraizamento neste tipo de sociedade.

A noção de enraizamento precário, entretanto, não nos ajuda a explicitar os diferentes tipos de desenraizamentos institucionais que ocorrem no capitalismo. Fraser e Jaeggi (2020) contribui para integrar, analiticamente, os dois Karls e, com isso, a refinar o conceito de enraizamento. A partir da articulação entre uma definição econômica do capitalismo, sustentada na teoria marxiana, e uma definição institucional do mesmo, articulada a partir da análise polaniyana, Fraser busca superar o pontos cegos de cada autor e conformar uma caracterização que explicita o que há de comum entre as sociedades capitalistas.

Primeiramente, se apoiando em Marx, Fraser sublinha três características definidoras do capitalismo em seu plano econômico:

- 1) a propriedade privada dos meios de produção e a divisão de classe entre proprietários e produtores; 2) a instituição de um mercado de trabalho livre; e 3) a dinâmica de acumulação de capital, que se ancora numa orientação à valorização do capital em oposição ao consumo, acoplada a uma orientação ao lucro, não à satisfação de necessidades (FRASER E JAECCI, 2020, p. 29).

Esta última característica, destaca Fraser, não foi sublinhada por Polanyi, que rejeita o conceito de capital. Ao fazê-lo, o pensador húngaro

perdeu de vista o motor principal do sistema capitalista. Pois é a busca pela acumulação ilimitada de capital, cristalizada na competição entre capitalistas, que impulsiona a expansão ilimitada dos mercados e que produz a desestabilização das próprias condições socioambientais e financeiras que os sustentam.

Após sublinhar este ponto cego na teoria polanyana, a autora destaca um quarto elemento característico dos mercados no capitalismo, Em qualquer sociedade onde há mercados, inclusive nas capitalistas, estes funcionam de forma distributiva, mercantilizando bens tangíveis e divisíveis, que podem ser de luxo ou ordinários. Contudo, apenas nas sociedades capitalistas mercantiliza-se os principais insumos diretos para a produção de mercadoria, como o crédito, as matérias-primas, os imóveis, a energia e os bens de capital. Neste ponto, segundo Fraser, Polanyi e Marx convergem. Marx reconheceu essa especificidade do capitalismo, demonstrando que os mercados de bens de capital conformavam, junto com o mercado de bens de consumo individual, os dois setores centrais para a compreensão da dinâmica do capitalismo. Polanyi sublinhou essa peculiaridade do capitalismo ao ressaltar a importância da comodificação da terra, da força de trabalho e do dinheiro, que nada mais são que insumos, para o capitalismo. Logo, nas sociedades capitalistas os mercados assumem a função de alocar os insumos produtivos e o excedente social. Essa é a quarta característica que distingue o processo produtivo nas sociedades capitalistas.

Avançando em seu quadro teórico, Fraser busca “des-ortodoxizar” a definição capitalismo apresentada até aqui utilizando Polanyi para criticar Marx. Para tanto, ela afirma que o ‘primeiro plano econômico’ da sociedade capitalista necessita de um “plano de fundo não econômico” para funcionar.

Fraser demonstra que, ao contrário de Marx, para quem as contradições estruturais ao capitalismo concentram-se no plano econômico, Polanyi abrange, de forma mais ampla, as contradições e conflitos centrais às sociedades capitalistas. Isto porque este autor analisou as contradições ecológicas, geradas pela comodificação da terra (natureza); sociais, produzidas pela comodificação do trabalho (do ser humano); e financeiras, ensejadas pela comodificação do dinheiro (até então na mão do Estado) que

geram crises no capitalismo. Logo, Fraser destaca que a destruição dos planos de fundo não econômicos, os modos de vida tradicionais, das relações comunitárias e dos habitats naturais, tem impactos críticos tão relevantes quanto a expansão da pobreza e da exploração.

Para melhor delinear o plano de fundo não econômico e demonstrar como este interage com o primeiro plano econômico nas sociedades capitalistas, a autora lança mais uma crítica a Polanyi. Em contraposição a este autor, ela argumenta que as sociedades capitalistas não se conformam a partir da divisão binária entre economia e sociedade, mas sim de três “separações institucionais” (ou, como preferimos aqui, três “desenraizamentos institucionais”): o desenraizamento da produção econômica em relação à reprodução social (da fábrica em relação à família, do trabalho em relação ao cuidado); o desenraizamento da economia em relação à coordenação política (dos mercados em relação aos Estados, do poder das empresas em relação ao poder dos governos); e, por último, o desenraizamento da cultura em relação à natureza (do espírito em relação à matéria). Aqui, chegamos, então, ao elemento institucional que diferencia o capitalismo das outras sociedades de mercado: uma topografia institucional marcada pela separação ou desenraizamento da produção em relação à reprodução, da economia em relação à política e da natureza humana em relação à não humana.

Assim, a releitura que Fraser faz das contradições reveladas por Polanyi, além de romper com o modelo binário formulado pelo autor, que foi mantido no debate entre Block e Streeck, delinea uma estrutura institucional que é comum a todas as sociedades capitalistas.

Por fim, o arcabouço institucional capitalista identificado por Fraser, também pode nos ajudar a compreender, de forma mais complexa, a tendência a geração de crises nas sociedades capitalistas. Isto porque se, por um lado, há no capitalismo um desenraizamento da economia em relação à reprodução social, à política e à natureza, por outro lado, há igualmente uma relação de dependência da economia para com esses planos de fundo. Não pode existir uma economia na ausência do poder público, de mecanismos de reprodução social, como os cuidados familiares e as políticas sociais, e dos insumos da natureza. Entretanto, paradoxalmente, e aqui reside o estresse do

processo político, nas sociedades capitalistas a extração constante de valor desses domínios não econômicos – como os trabalhos de cuidado mal remunerados ou as externalidades ambientais negligenciadas – vem acompanhada da denegação constante do valor dos mesmos. Para Fraser, a tensão se coloca no fato de que o capital supõe a disponibilidade da reprodução social, do poder público e da natureza e ao tomá-los como gratuitos, sem se preocupar em repô-los, coloca em risco os insumos dos quais depende para se reproduzir. Estes três dê, desenraizamento, dependência e denegação, estão no cerne das crises inerentes às sociedades capitalistas.

Referências

ARRIGHI, Giovanni. (2008), *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo, Boitempo.

BECKERT, Jens. (2009), “The Great Transformation of Embeddedness: Karl Polanyi and the New Economic Sociology”, in C. Hann and K. Hart (eds.), *Market and Society: The Great Transformation*. New York, Cambridge University Press, pp. 38–55.

BLOCK, Fred. (2012a), “Varieties of what? Should we still be Using the Concept of Capitalism?”. *Political Power and Social Theory*, vol. 23, pp. 269-291.

_____. (2012b), “There is no baby in this bathwater: a reply to the critics”. *Political Power and Social Theory*, vol. 23, pp. 323-334.

FRASER, Nancy e JAEGGI, Rahel. (2020), *Capitalismo em debate: ums conversa na teoria crítica*. São Paulo: Boitempo.

HALL, Peter and SOSKICE, David. (2001), *Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage*. New York, Oxford University Press.

GRANOVETTER, Mark. (1985), Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, vol. 91, no 3, 481-510.

KANG, Nahee. “A Critique of the ‘Varieties of Capitalism’ Approach”. *International Centre for Corporate Social Responsibility - Research Paper Series*. 2006, no. 45 [18-05-2020], pp. 3-31. Disponível em

<https://pdfs.semanticscholar.org/db5f/97bbe6f769bdf8ca138a89bd090f35e3a39d.pdf>.

POLANYI, Karl. (1944), *The great transformation: the political and economic origins of our time*. New York: Farrar & Rinehart.

SCHMIDT, Vivien A. “Bringing the State Back Into the Varieties of Capitalism And Discourse Back Into the Explanation of Change”. CES Germany & Europe Working Papers. 2007, no 07.3 [17-05-2020], pp.1-33. Disponível em <http://aei.pitt.edu/9281/1/Schmidt.pdf>.

SCHNEIDER, Ben. (2009), “Hierarchical Market Economies and Varieties of Capitalism in Latin America”. *Journal of Latin American Studies*, vol. 41, no 3, pp. 553-575.

STREECK, Wolfgang. “E Pluribus Unum? Varieties and Commonalities of Capitalism”. MPIfG Discussion Paper. 2010, vol. 10, no 12 [12-05-2020], pp.5-48. Disponível em https://www.mpifg.de/pu/mpifg_dp/dp10-12.pdf.

_____. (2012), “On Fred Block, Varieties of what? Should we still be using the Concept of Capitalism?” in STREECK, Wolfgang, *How Will Capitalism End? Essays on a Failing System*. London/New York, Verso, pp. 227-235.

WEISS, Linda. (2010), “The State in the Economy: Neoliberal or Neoactivist?” in G. Morgan et al. (eds.), *Oxford Handbook of Comparative Institutional Analysis*. Oxford, Oxford University Press, pp. 183-208.